

Animação e Educação popular no Brasil: 1960-2000

Luiz Eduardo W. Wanderley¹

A temática é tão abrangente, rica e complexa que exige recortes. Elementos afins e convergentes ao seu significado, formulado no tempo central selecionado – anos 1960 – existiram em décadas anteriores, compreendendo a própria expressão educação popular, educação de base, extensão rural, educação de adultos, desenvolvimento de comunidades, educação permanente, entre outras, que caracterizavam experiências, quase sempre, importadas de outros contextos nacionais. As propostas de animação social, a partir da educação popular, se interligam com os termos promoção, cooperação, participação, integração, progresso, desenvolvimento. É no período 1960-1964, que ela vai adquirir uma ressignificação, explicitação e redirecionamento singulares, demarcando uma inflexão de sentido notável, reconhecida por ampla literatura, e cujas marcas impregnaram as décadas seguintes, mesmo com as atualizações feitas. Por isso, a minha ênfase inicial naquela época.

Uma proposição central aqui defendida é a de que toda a análise das práticas e conceituações deve ser datada no tempo e no espaço, e que as experiências referidas são condicionadas pela sociedade inclusiva, influenciando-as de algum modo. Outro ponto central diz respeito à escolha dos sujeitos: ela enfoca as “populações marginalizadas”, os “pobres”, o “povo”, os “setores e classes populares”. Por isso, as noções trabalhadas são as de *educação popular* e *animação popular*.

É válido fazer um registro especial às inter-relações essenciais que existiam, naqueles anos, com o que se convencionou chamar de *cultura popular*. Esse conceito compreendia uma nova concepção da cultura brasileira, da cultura popular tida como tradicional (focada no senso comum e tida como “ingênua”, “folclórica”, conservadora) e que precisava ser superada, se vinculava com uma nova perspectiva que as forças sociais progressistas faziam do nacional-desenvolvimentismo, abrangia um conjunto de movimentos sócio-educativos, e era entendida como um instrumento básico nas lutas políticas das classes populares pela mudança social². Entre eles, podem ser citados, os Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes; o Movimento de Cultura Popular, em Pernambuco; o Movimento “De pé no chão, também se aprende a ler”; a Cultura Popular no MEB; e na Ação Popular (movimento político de caráter revolucionário).

Dentre os atributos definidores da educação popular, saliento: a) é uma educação de classe (exige uma consciência dos interesses das classes populares); b) é histórica (depende do avanço das forças produtivas); é política (se conjuga com outras dimensões da luta global das classes populares); é transformadora e libertadora (luta por mudanças qualitativas e reformas estruturais); é democrática (anti-autoritária, antimassificadora, anti-elitista); relaciona a teoria com a prática; relaciona a educação com o trabalho; objetiva a realização de um poder popular. Essa concepção era defendida por alguns grupos progressistas naqueles anos.

¹ Luiz Eduardo W. Wanderley é doutor em Ciências Sociais pela USP; professor do Departamento de Sociologia e Coordenador do Núcleo de Estudos Latino-americanos de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-SP. Assessor das CEBs e ONGs. Assessor do Curso de Verão e dos cursos de formação dos monitores/as do CESEP.

² (Gullar, Ferreira, 1963 e 1965; Martins, Carlos Estevam, 1965; AP, 1963; Fávero, Osmar, 1983; Paiva, Vanilda, 1983).

Agentes e Orientações da Educação Popular

Alguns pesquisadores sociais distinguem duas orientações que norteariam, em nível de grande abrangência, as experiências da educação popular, com destaque para a América Latina: a) as correntes *recuperadoras*, cuja finalidade última seria a de recuperar e integrar no sistema os “marginalizados”; b) as correntes *transformadoras*, reformistas ou revolucionárias, que pretenderiam reformas incrementais ou mudanças estruturais no sistema.

A meu juízo, conviria distinguir três orientações que se configuraram no passado para as várias formas educativas, convivendo com graus variáveis de interdependência e não sendo, pois, rigorosamente exclusivas.

1. Educação Popular, com a Orientação de Integração

Engloba as experiências cuja ideologia se expressava no desejo da obtenção da “democracia” através da difusão da educação para todos, da educação permanente para o desenvolvimento, e da extensão dos direitos de cidadania e seus correspondentes deveres (às vezes ficavam somente nos deveres). Essa ideologia era percebida mais na retórica dos discursos e dos planos, sendo que sua operacionalização se distanciava parcial ou totalmente da definição e dos objetivos. Tal tipo de política educativa se propunha preparar e acelerar o desenvolvimento dos países tidos como subdesenvolvidos, pela criação e pelo aperfeiçoamento dos recursos humanos. Discursava sobre a eliminação da marginalidade social e sobre a necessidade de integração do campesinato no capitalismo, o que seria conseguido enfatizando a alfabetização como bandeira primeira de integração na cultura e no desenvolvimento, e depois com o ensino profissionalizante, com a integração escola – indústria, e com os meios de comunicação de massa como o grande meio de difusão cultural. No limite, dependendo do estágio de cada nação, objetivava a expansão e consolidação do capitalismo interno e sua compatibilização com a nova etapa do capitalismo monopolista internacional. Essa educação buscava a ampliação da hegemonia das classes dominantes burguesas e a sujeição das demais ideologias à ideologia dessas mesmas classes, sendo a que mais se distanciava dos reais interesses das classes populares. Em resumo, com essa orientação se desejava popularizar a educação oficial dominante.

2. Educação Popular, com a Orientação Nacional-Populista

Congregava as experiências do período populista, caracterizado pela ideologia nacional-desenvolvimentista, em que governos, partidos e movimentos políticos mobilizaram setores das classes populares em alianças com setores modernos das classes dominantes, na luta principalmente pela industrialização e por uma participação ampliada das classes populares nas esferas social, econômica e política. Identificadas por uma linguagem comum, elas se diziam situadas num mesmo denominador, cujo consenso seria dado pela existência de valores e tradições englobados numa “cultura nacional” em que todos os indivíduos da nação se somam, indiferenciados no tocante às desigualdades sociais da estratificação por classes (no que se confundiria com a orientação anterior), e, portanto, com interesses iguais e convergentes no desenvolvimento do país. Da parte dos setores dominantes, essa educação tinha por intenção distribuir as benesses da educação “oficial” e, obviamente, não devia questionar sua legitimidade ou seus fundamentos ideológicos. Da parte daqueles que estavam na oposição, há que distinguir um pequeno grupo com uma visão da educação popular e uma prática mais conseqüente, e um número ponderável dos que agiram no sentido de um trabalho ligado mais diretamente com o povo (ainda que não raro isso ficasse mais preso à intencionalidade do que a uma real

concretização), cuja educação populista não levou a uma efetiva participação popular. Houve inclusive atitudes paternalistas de desprezo e de negação das obras culturais das classes populares, bem como de suas possibilidades de organização e de ação, em que pese o esforço despendido e um certo pioneirismo, uma rica criatividade nas formas de atuação e de mobilização, além de outros fatores positivos. Com respeito aos grupos mais conseqüentes, as experiências dessa orientação marcaram uma resistência à despersonalização e homogeneização forçada do povo. No fundo, essa educação se fundava na crença de um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo, nacional e popular, pelo qual seus promotores se empenharam, mas que enfrentou impedimentos estruturais que foram percebidos em toda a sua crueza e de forma cristalina naquela conjuntura, ou seja, início da década de 60 (a aliança populista rompeu-se quando setores populares passaram a reivindicar uma participação decisiva no poder, quando grupos de seus intelectuais orgânicos começaram a influir nas decisões de planos nacionais de cultura e educação popular, e setores dominantes temerosos mudaram sua orientação de apoio àquele pacto social).

3. Educação Popular, com a Orientação de Libertação

Compreende as experiências que, com maior ou menor consciência de seus agentes, objetivaram estimular as potencialidades do povo e valorizá-las como eixo central em suas atividades educativas, tentaram uma crescente identificação com o povo e sua realidade cotidiana, e forneceram meios para que o próprio povo se auto-sustentasse e se auto-promovesse. Os promotores dessas experiências encontraram enormes obstáculos para levar a um bom termo essas finalidades. Eles também passaram pela idéia de integração. Alguns atingiram fases de deslumbramento e até uma certa mitificação do povo. Outros agiram, ora com mais ora com menos intensidade, nas fronteiras da massificação e da manipulação, que constituíram conseqüências de fortes tendências nas orientações anteriores (1 e 2). Porém, trabalhando com um acento especial os processos de conscientização, de capacitação e de participação social ampla, comprometendo-se na luta pela dinamização das resistências populares contra as injustiças e a exploração, chegaram a um caminho mais realista de fecundação mútua entre os educadores-animadores e os representantes das classes populares, por meio de uma troca de saberes entre eles e de participação em práticas conjuntas de força libertadora. Está-se referindo aqui aos educadores-animadores que eram agentes dos quadros das organizações (partidos, igrejas) e movimentos que sustentavam e assessoravam o trabalho de educação popular, mas que não pertenciam à situação de classe do povo, apesar de que um número reduzido de líderes das classes populares tivesse chegado também a exercer esse papel e, em certos casos, sua quantidade tendesse a crescer. Ainda que os objetivos de integração dos marginalizados e os de um desenvolvimento nacional e popular tivessem constituído metas dessas modalidades de educação, com maior peso nas etapas iniciais, e que, no geral, tivessem optado por uma linha reformista, certos grupos problematizaram e criticaram os fundamentos da ordem capitalista e propuseram mudanças estruturais. Só em casos minoritários chegou-se a formular propostas de mudança global no próprio sistema. Pode-se atestar que, ressalvadas as dificuldades de avaliação desse tipo de educação popular, dado o exíguo tempo de sua existência, ela foi a que mais tentou exprimir os anseios e os interesses de setores das classes populares, com aproximações mais ou menos autênticas.

Uma influência marcante do período foi a de Paulo Freire que, com suas idéias e principalmente com o chamado "Método Paulo Freire", teve participação decisiva nos debates e rumos da educação popular no Brasil naquele período, e, depois, teve irradiação crescente em diversos continentes do Planeta. É impossível indicar aqui toda a amplitude e relevância de seu pensamento e de sua prática; de certo modo, a

sua enorme contribuição nesse campo pode ser resumida na expressão “Pedagogia do Oprimido”, título de um de seus livros. O sujeito da transformação centrado no oprimido – povo, pobres, classes populares. O sentido objetivado na libertação plena de sua pessoa e, por extensão, da humanidade. O método ancorado na passagem da “consciência ingênua” para a “consciência crítica”, por uma pedagogia que valorizava a pessoa do educando, os “círculos de cultura”, sua participação ativa, a superação da educação “bancária” por uma educação autêntica e não-manipuladora.

Nesse texto, escolhi, inicialmente, a *concepção de animação popular* formulada pelo Movimento de Educação de Base (MEB). O MEB constituiu-se na seqüência das atividades de educação pelo rádio (o conjunto de atividades foi denominado de “sistemas radioeducativos”), originalmente promovidas pelo episcopado da Igreja Católica nas arquidioceses de Natal e Aracaju (região Nordeste do Brasil). Com base nessas experiências, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) elaborou um projeto de um movimento educativo em plano nacional, que ganhou caráter oficial em 1961 (Decreto 50 370 de 21 de março), mediante o qual o Governo Federal forneceria recursos – por meio de convênios com órgãos da administração federal – para serem aplicados no MEB, utilizando a rede de emissoras católicas, para as áreas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. O Governo oferecia canais radiofônicos para finalidades de educação de base, centrada basicamente no meio rural.

O MEB tinha uma estrutura composta de três níveis: local, estadual e nacional. A partir de uma programação das aulas radiofônicas (alfabetização, linguagem, conscientização, aritmética, saúde, trabalho agrícola, programas especiais etc.), eram realizados treinamentos em vários níveis empregando basicamente o método ver-julgar-agir (praticado na Ação Católica Especializada), e uma supervisão periódica nas comunidades exercida pelas equipes responsáveis. Um papel importante cabia aos monitores locais, que animavam as aulas e os projetos comunitários. Inúmeros trabalhos analisaram e avaliaram os limites e as potencialidades do Movimento (Wanderley, 1984; Fávero, 1983).

Animação Popular (ANPO)

“Animação Popular (ANPO) é um processo global de promoção do Homem, através de sua própria ação.

A Animação Popular é uma tarefa da comunidade. Faz-se através da transformação de um conjunto de indivíduos, que vivem juntos, em uma integração de pessoas que pensam, planejam e agem em comum, buscando atender a todos como membros da comunidade local, sem desvinculação da problemática nacional e internacional.

O aspecto da reflexão e ação é essencial na ‘Animação Popular’. O trabalho educativo estaria falho se parasse na difusão de idéias. A própria psicologia do povo exige uma concretização do que se fala. Sem ficar em soluções imediatistas, a ‘Animação Popular’ tem que ser objetiva, ter atuação visível, com repercussões e conseqüências sensíveis. Entretanto, o trabalho não se fecha no âmbito estreito de problemas imediatos. Ele se insere como ponto de reflexão e ação, no contexto da luta pela transformação de estruturas, elaboração de esquemas mais humanos, sem o que seu sentido se esvazia”.

Na própria concepção do Movimento, o processo de *animação popular* transcendia o processo educativo, sendo que este último preparava aquele, mantendo-se os dois em estreita correlação. Ele foi se sedimentando pela convergência de dois fatores: a) como complemento necessário do núcleo irradiador de todo o trabalho inicial do Movimento, ou seja, as escolas radiofônicas e toda a pedagogia radiofônica que as

suplementava, percebido por algumas equipes como indispensável para dar continuidade à atuação nas comunidades; b) como fruto da reflexão concernente a experiências vindas de outros países, sobretudo do Senegal (realizada por uma equipe da França). Tinha-se por firmado, ainda, que a ação de animação popular em si não era tarefa do MEB, mas da comunidade, cabendo ao Movimento assessorá-la numa função supletiva. A idéia de *supletividade* foi explicitada pela consciência das limitações do Movimento: “1) limitações em sua própria essência de movimento educativo: atingindo todas as dimensões da realidade, delas só participa para a realização da formação do Homem. Os engajamentos concretos, necessários à formação humana, são responsabilidade dos educandos; 2) limitações de ordem técnica: a não-utilização de todas as dimensões da ação educativa, através de seus instrumentais de trabalho. Essas limitações são de diversos planos, abrangendo desde as dificuldades de pessoal, especialização técnica, orçamento e planejamento deficientes, até a incompreensão do papel de educador de adultos”.³ Neste trabalho de assessoria, dever-se-ia observar as seguintes fases: - determinação dos objetivos gerais; - estudo de área; - escolha e seleção de líderes; - treinamento de líderes; - supervisão e acompanhamento do trabalho.

Reconhecidas como objetivo do MEB, as escolas radiofônicas tornavam-se um dos meios para atingir a animação popular, que consistia na formação e assessoria de líderes, os quais se assumissem e se engajassem no processo de ANPO em suas comunidades. Reconhece-se que foram as programações extra-escolares um dos meios mais eficazes do MEB na criatividade e engenhosidade da comunicação dos seus agentes com a população.

Resumindo os objetivos sócio-educativos do MEB, em conformidade com o seu pensamento formulado nos textos oficiais, a sua concretização se faria pela *conscientização*, pela *mudança de atitude* e pela *instrumentação das comunidades*. Por conscientização e politização se entendia propiciar os meios para que os educandos, de forma autônoma, adquirissem uma consciência crítica da sua realidade e da realidade maior condicionante, utilizando análises mais profundas dessa realidade, julgando-as segundo certas orientações teóricas-práticas, e agindo conseqüentemente. Por mudança de atitudes compreendia-se: atitude crítica, atitude de valorização, atitude de mudança e atitude de cooperação. E a instrumentação das comunidades representava habilitação e informação em termos de instrumentos de análise (ler, escrever, interpretar relações etc.), instrumentos de produção (procedimentos de saúde e higiene, utilizar a legislação e os costumes referentes à produção e ao consumo etc.), e instrumentos de organização (técnicas de trabalho em grupo, saber fundar e dinamizar clubes, sindicatos, cooperativas etc.).

Para facilitação destas atividades, o Movimento encaminhava alguns elementos, uma espécie de orientação básica a ser adaptada a cada região, no período de um ano. Incluía-se aí documentos de estudos, material didático, cartilha, livro de leitura e material complementar para os agentes em todos os escalões, tudo centralizado na idéia de trabalho. A evolução do trabalho e as limitações impostas ao rádio como meio de comunicação conduziram o MEB a uma “pedagogia radiofônica”, original, e à necessidade de desenvolver outras formas de atuação que podem ser sintetizadas no conceito de Animação Popular.

“A ANIMAÇÃO POPULAR é um processo de estruturação de comunidades e organização de grupos, progressivamente assumida por seus próprios membros a partir de seus elementos de liderança. A comunidade organiza-

³ MEB Nacional, “I Seminário de Animação Popular - Conclusões sobre fundamentação de animação popular”, in *Relatórios de Animação Popular*, junho/1965, mimeo. p. 3.

se como consequência da descoberta de seus valores, recursos e suas necessidades em busca da supressão de seus problemas sociais, econômicos, culturais, políticos e religiosos, no sentido da afirmação de seus membros como sujeitos”.⁴

Estritamente, ANPO significava trabalho animado por elementos populares, promoção dos membros e das comunidades através de sua própria ação. Efetuava a ligação da reflexão com a ação, a articulação dos problemas imediatos com a luta pela transformação das estruturas.

A Animação Popular era considerada, também, essencialmente um processo político: a) porque era uma educação de vida comunitária, de participação comum nos problemas e nas soluções (tomada de consciência da realidade); b) porque estruturava a comunidade de forma a possibilitar a participação política de cada um na vida da comunidade, através de grupos e de trabalhos comuns; e c) porque levava a comunidade a estender esta vida política para o processo político nacional, transpondo assim a marginalidade dos camponeses.

O amadurecimento da ANPO no Movimento não foi uniforme. Numa fase posterior, ampliaram-se as atividades extra-escolares, tais como festas, jogos, campanhas e, por sua importância na dinâmica da realidade, a assessoria sindical. Planejavam-se cursos e treinamentos para a capacitação dos monitores e líderes das comunidades, e os monitores tomavam iniciativas em função das escolas e da comunidade. Em determinados locais e no Estado do Maranhão, onde não se obteve a emissora, a equipe responsável dinamizava as “Caravanas”, deslocando-se para a zona rural e promovendo na comunidade debates sobre a realidade local, estudos, participação em reuniões e atividades da comunidade etc. Em Encontro realizado em março de 1965, se identificou a ANPO com o processo de Desenvolvimento e Organização de Comunidades, e sua integração numa educação de adultos como a pretendida pela educação de base. Em virtude dos efeitos dos acontecimentos de abril de 1964 e posteriores, a ANPO foi vista como uma alternativa às restrições impostas, inclusive substitutiva do trabalho sindical. Mas a conjuntura impediu a sua efetiva consolidação.

Com uma programação mais planejada e sistemática, a Animação Popular expressou-se através do desenvolvimento de comunidade e da sindicalização rural, devendo-se assinalar também a *experiência do Maranhão* e dos *Encontros de Goiás*, na fase pré-março de 64. Com a ruptura de 64, as dificuldades novas enfrentadas pelos Sistemas Radiofônicos, foram se gestando outras formas de atuação, servindo de exemplo os *Círculos de Debates* em Recife, em fins de 64. Vou comentar alguns elementos daquelas atividades.

Formação Sindical

Tomo por referência a política nacional de formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a maior Central Sindical brasileira.

Na década de 70 do século passado, existiam práticas moleculares no período de resistência, pós-64, e atividades formativas mais sistemáticas de meados ao fim da mesma. Nessa época, surgiram diversos Centros de educação, nos quais a presença direta ou indireta da Igreja Católica foi fundamental (Manfredi, 1997, traz um resumo desses Centros), alguns dos quais com amplitude nacional, e que seguem atuando com especificidades de orientação e metodologia.

⁴ MEB Nacional, *O MEB em Cinco Anos – Primeira Parte*, op. cit., p. 26.

Na década de 80, a educação sindical teve um crescimento constante, e a Central criou uma Secretaria Nacional de Formação, responsável pelos Planos Nacionais de Formação da CUT. A Central se organiza em determinadas Escolas Sindicais, disseminadas por algumas regiões do país. Ela compreende duas estruturas formativas: as *horizontais* (secretarias de formação e os coletivos de formação) variáveis em cada estado, podendo ser regionais, municipais ou intermunicipais; e as *verticais* (por categorias específicas de trabalhadores), que contam com as secretarias de formação por federações, confederações e/ou departamentos nacionais por categoria profissional, além dos setores (secretarias ou departamentos) de formação dos sindicatos.

As concepções de educação sindical retomam temas e perspectivas abertas nos anos 60, como foi explicitado, e avançam contemplando novos temas demandados pelas mudanças ocorridas na realidade brasileira (e influências mundiais) com acento nas mudanças na estrutura sindical e nas práticas dos sindicalizados. Ela persegue os seguintes objetivos: ser classista e de massas; ter por referência as diretrizes da Central; buscar a democracia, o pluralismo e a unidade na diversidade; unificar em plano nacional e descentralizar pelas regiões do país; atingir a integralidade do ser humano, com atendimento, ainda pouco explícito, às questões de gênero e de etnia; ser um instrumento de reflexão crítica e de libertação (combinando elementos da matriz marxista e da teologia da libertação); combater todas as discriminações; ser permanente, planejada e sistematizada. A formação é considerada como um processo de formação continuada, e abarca as dimensões, ideológica, política e técnica. A metodologia, ainda não formulada de modo pleno, pretende ser orientada por uma “concepção metodológica dialética”, ou “metodologia da práxis”, ou “metodologia da reflexão-ação”, buscando integrar saber científico e saber popular, teoria e prática; integrar as dimensões individual e coletiva dos trabalhadores; desvendar, criticar e transformar a realidade; assegurar uma troca de saberes entre os formadores e os formandos. O ponto de partida deve ser a prática social dos trabalhadores, seus problemas concretos, suas necessidades e seus desafios. A teorização deve levar a um ordenamento das idéias com base na reflexão da prática social analisada, tirando daí as conceituações necessárias. A teoria produzida nos passos anteriores deve servir de guia para ação transformadora. Uma pesquisa avaliativa do processo formativo, por equipe externa, traz vários comentários pertinentes e sugestões para o seu aperfeiçoamento (CUT, 1997).

Nos anos 1998-1999, a CUT desenvolveu o Programa de Formação Integral, a partir da sistematização de suas experiências, para “*a formação de sujeitos com capacidade crítica para atuar na reflexão, elaboração e ação política e na formação profissional*”. Com parceria da rede UNITRABALHO (que integra universidades e instâncias sindicais) e o DIEESE (uma agência de estudos, análises e pesquisas sobre o trabalho e o mundo sindical). E um sub-programa de Formação de Formadores para a Formação Profissional, tendo como meta a capacitação de 1.000 sujeitos para trabalharem em projetos de educação profissional. Com uma concepção própria do trabalho e a educação, rejeita a concepção usual de formação na linha de adestramento/treinamento, ou competitividade no sistema produtivo.

Educação de jovens e adultos

Tomo por referência as atividades da ONG Ação Educativa, que congrega, predominantemente, educadores em geral, professores universitários, jornalistas, cientistas sociais, e tem sede na cidade de São Paulo e ações nos planos local, regional e nacional. A metodologia de ação estratégica adotada pela Ação Educativa consiste na combinação da experimentação com a disseminação de propostas educacionais que respondam às demandas de populações excluídas, que visem a

produção de conhecimentos e a difusão de informações relevantes para a ação política, articulação e mobilização social para a defesa de direitos educativos e da juventude. Uma das prioridades é a de oferecer subsídios para a elaboração de políticas públicas nas áreas de educação e juventude.

Seus programas educativos e de juventude combinam projetos de forma participativa com escolas, governos, comunidades, objetivando envolvimento ativo de educadores. Os jovens constituem o público-alvo prioritário. Capacitam-se grupos e projetos de intervenção em suas comunidades. Dirige o Centro de Juventude e Educação Continuada, que realiza cursos e oficinas. Desenvolve produção de conhecimentos, em parceria com outras instituições, a partir de núcleos temáticos de pesquisas, de publicações especializadas (material didático, subsídios pedagógicos, revistas), e enfatiza a disseminação de informações pela Internet e inserções na mídia local e nacional. Criou o Observatório da Educação e da Juventude, em 2002, tendo por objetivo a ampliação e qualificação da cobertura de temas educacionais e de juventude pelos meios de comunicação de massa. Para ganhar potencialidade privilegia a ação por meio de redes e articulações intersetoriais que promovam o intercâmbio, o debate público e a participação democrática nas decisões, além do controle cidadão sobre os órgãos públicos; participa da Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB), e de fóruns. Coordena a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, composta de diversos setores da sociedade civil, pressionando os poderes públicos. Efetua experimentos de práticas educacionais integradas, conjugando esforços de agentes escolares e não escolares, em escolas e buscando o envolvimento dos órgãos públicos responsáveis pelas redes escolares no estímulo a práticas educativas inovadoras. Na linha de combate à discriminação racial, desenvolve um Concurso de dotações de pesquisa sobre o tema *Negro e Educação*. Presta assessorias a escolas públicas, a órgãos da administração pública, a grupos de jovens, a associações comunitárias, e a instituições empresariais.

Estado e educação popular

A partir das lutas de associações profissionais e movimentos populares, da presença de técnicos e educadores progressistas em determinadas administrações de municípios e estados, e mesmo na esfera federal, em prol de um ensino público de qualidade, houve uma expansão da rede pública (ensino fundamental e médio) no país. Certas conquistas obtidas na Carta Constitucional (1988) e a aprovação do Plano Nacional de Educação, em confronto com as enormes dificuldades de manutenção do ensino público, conduziram ao movimento Em Defesa da Escola Pública, universal e de qualidade. Alguns grupos reivindicam uma *escola pública popular*, que rompa a dicotomia entre o ensino público e o privado, aspirando um Sistema Unificado de Educação Pública, único e descentralizado (tendo por inspiração a *escola pública nacional*, proposta na época da Revolução Francesa, leiga, universal, obrigatória e gratuita).

Uma experiência inovadora, no início de 1990, na cidade de São Paulo (que conta com cerca de 10 milhões de habitantes) e depois estendida para várias cidades com administrações do Partido dos Trabalhadores, é o Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA). Trata-se de uma parceria entre governo municipal e organizações da sociedade civil (entidades e movimentos do setor operário, de moradia, de pastorais populares, de educação popular, entre outros), com a finalidade de compartilhar a gestão do programa. As entidades conveniadas com a Prefeitura organizaram-se em fóruns regionais e municipais. Em 1992, o convênio abrangia 75 entidades populares e atendia 18.766 alunos a partir de 14 anos. Procura-se manter um pluralismo metodológico e valorizar certos princípios políticos pedagógicos, sintetizados em uma concepção libertadora de educação.

Experiências da Sociedade Civil

Em diversas regiões do país, criaram-se *escolas comunitárias*, gratuitas, mantidas pelas comunidades e com recursos provenientes de órgãos públicos federais e secretarias municipais de educação. Algumas escolas – as *particulares e filantrópicas* – recebem recursos de igrejas, empresas, clubes de serviços e clubes recreativos ou desportivos. As comunitárias são organizadas e mantidas por conselhos populares, ou associações de moradores, clubes de mães e de jovens. Buscam uma educação vinculada com a realidade popular das crianças e adultos atendidos.

Existem no Brasil dezenas de *entidades de educação popular*, ligadas a movimentos, a ONGs, a igrejas. Um grupo delas mantém o ideário e certas práticas dos anos 60, outras apresentam visões de mundo diferentes. Nas últimas décadas, houve transformações significativas nos conteúdos e nos meios. A idéia de um sujeito histórico único para a mudança foi superada pela de vários sujeitos. Os temas abordam questões de gênero, etnia, política, cultura, subjetividade, exclusão e inclusão social, comunidade, solidariedade, trabalho, globalização, neoliberalismo, meio ambiente, direitos humanos, entre outros (alguns temas permanecem remanescentes do passado, com influência das matrizes marxista e da teologia da libertação, e surgem outros novos derivados de outras matrizes teóricas). As metodologias incorporam modificações e atualizações das antigas, ao lado de perspectivas ainda em curso. E irrompe um conjunto rico e complexo de práticas sócio-econômicas-políticas-culturais-religiosas que suscitam questionamento profundo do que seja atualmente a educação popular e a animação social popular. No geral, todas fazem críticas acirradas às propostas educativas do Banco Mundial, e mesmo da Unesco, da Unicef, da Cepal que mantêm as teses gerais do Banco, principalmente por pretenderem a minimização do papel do Estado e utilizarem critérios econômicos para avaliar os sistemas educacionais e proporem as suas reformas.

Num tempo de incertezas, de perplexidades paradigmáticas, de mudanças profundas nos processos de gestão, do trabalho, da comunicação, da educação, aceleradas pela mundialização neoliberal, os desafios são enormes. Mobilizações massivas de resistência, práticas inovadoras (economia solidária, cooperativas, poder local etc.) que irrompem em todos os continentes, o Fórum Social Mundial – plural e diverso – anunciando que um “novo mundo é possível”, são fatos que resgatam utopias e geram novas esperanças.

Bibliografia

Central Única dos Trabalhadores. (1997). *Avaliação externa da Política Nacional De Formação da CUT*. São Paulo, Xamã.

_____. Formação de formadores para educação profissional – a experiência da CUT 1998/1999. Florianópolis, MTE/SEFOR/CODEFAT 024/99-CUT.

CEDI. (1993). Educação e movimentos populares. Tempo e Presença No. 272, Ano 15. Rio de Janeiro, CEDI.

FÁVERO, Osmar. (1983). *Cultura popular, educação popular – memória dos anos 60*. Rio de Janeiro, Graal.

FREIRE, Paulo. (1967). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____. (1970). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GADOTTI, Moacir, TORRES, Carlos Alberto (orgs.). (1994). *Educação popular – utopia latino-americana*. São Paulo, Cortez/EDUSP.

GADOTTI, Moacir, TORRES, Carlos Alberto. (1992). *Estado e educação popular na América Latina*. Campinas, SP, Papirus,

MANFREDI, Sílvia M. (1997).

MEB Nacional, “Animação Popular – ANPO: Tentativa de Definição”, in *MEB em cinco anos – primeira parte*. Rio de Janeiro, 1965.

PAIVA, Vanilda Pereira. (1973). *Educação popular e educação de adultos – contribuição à história da educação brasileira*. São Paulo, Loyola.

_____. (org.). (1984). *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro, Graal.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. (1984) *Educar para transformar: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base 1961-1965*. Petrópolis, Vozes.

_____. (1985). Educação para a liberdade. In: QUEIROZ, J.J. (org.). *A educação popular nas Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo, Paulinas.